

**GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE
GESTORA DE PARTICIPAÇÕES
SOCIAIS, S.A.**

**Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de Dezembro de 2008 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão da actividade Consolidada da Golden Actives - SGPS, S.A., bem como, as respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

O ano de 2008 foi marcado por uma tensão inusitada no sistema financeiro mundial e conduziu a intervenções sem precedente por parte dos vários governos e bancos centrais. Os mercados financeiros tiveram o pior comportamento desde a grande depressão, registando-se volatilidades extremas e uma enorme fuga para a qualidade, consubstanciada na procura de obrigações soberanas de países desenvolvidos ou em liquidez imediata.

A crise financeira, que começou com os empréstimos *subprime* em 2007, desenvolveu-se e agravou-se em 2008. O colapso do *subprime* alastrou-se a todo o mercado de crédito imobiliário, resultando na ruína dos créditos titularizados e num aumento sem precedentes dos *spreads* de crédito. O aumento das delinquências (e as falhas de pagamentos) acentuaram uma desvalorização drástica dos títulos e, conseqüentemente, uma série massiva de *writedowns* nas instituições financeiras que os detinham. O ciclo vicioso de queda, potenciado pelos *writedowns* nos balanços dos bancos e pela diminuição da liquidez nos mercados, teve um impacto significativo em todo o sistema e contaminou a economia real.



Com os mercados de créditos congelados, devido à crise financeira e de liquidez, os Estados Soberanos levaram por diante um conjunto de acções, no sentido de minimizar o problema e restabelecer a normalidade.

Entre as várias intervenções destacamos:

- As agências governamentais *Fannie & Freddie*, responsáveis por grande parte do crédito hipotecário, foram nacionalizadas a 08 de Setembro;
- *Lehman* e *AIG*: em 15 de Setembro, a *Lehman Brothers* entregou o pedido de falência, após várias tentativas de salvamento falhadas e ausência de suporte estatal. Já no que diz respeito à *AIG*, o Tesouro considerou que o risco sistémico era demasiado grande para deixar cair a maior seguradora americana;
- Cortes agressivos de taxas de juro, por parte dos principais bancos centrais, especialmente no último trimestre do ano, destinados a reanimar o mercado de crédito e a conter os danos de uma recessão inevitável. A taxa de referência da *FED* estava em 4,25%, no final de 2007, e terminou 2008 a 0,25%. Por sua vez, a taxa de referência do *BCE*, estava em 4,00%, no final de 2007, e 2,5%, no final de 2008.

A recessão económica é já um facto incontornável. As únicas incógnitas que pairam no ar são: o tempo que durará e quão profunda será. Conforme já foi repetido até à exaustão, nas análises das várias casas de investimento e entidades oficiais, esta não é uma crise normal. Em retrospectiva, se na primeira metade de 2008 muitos acreditavam na tese da descolagem que permitiria que os países emergentes sustentassem a procura global, os dados dos últimos meses destruíram essa tese. Neste momento, as estimativas já apontam para uma contracção real do PIB mundial em 2009. A desalavancagem actualmente em curso pode muito bem não ter terminado, mas apenas diminuído o seu ritmo destruidor. Os bancos mantêm no balanço “maus activos” e, enquanto tal acontecer, não voltarão a expandir o crédito de forma significativa. Apesar das taxas interbancárias terem vindo a descer, os *spreads* de crédito permanecem elevadíssimos.

O ambiente económico favorece uma situação explosiva caracterizada por riscos de uma espiral deflacionista e excessivo proteccionismo, agravando e potenciando a natureza reflexiva desta crise. De facto, desconhecemos a amplitude dos danos colaterais provenientes do choque ocorrido nos mercados financeiros, nos meses de Setembro e Outubro, designadamente ao nível

da confiança dos consumidores. Também não sabemos até que ponto se pode estender a desalavancagem dos bancos. Este desconhecimento despoletou propostas no sentido da constituição de um “bad bank”, que abraçasse todo o “lixo” que infecta os balanços das actuais instituições financeiras. Adicionalmente, o facto de termos tantos estímulos por parte dos vários governos reduz a capacidade de ajustamento ao ciclo económico e perturba a geração de expectativas e as decisões. Se as políticas públicas tiverem sucesso pela sua qualidade e capacidade coordenativa, o 2.º Semestre deste ano poderá configurar alguma recuperação, caso contrário a situação piorará inexoravelmente. Tudo isto, configura um cenário de mega intervenção estatal, um pouco por todo o mundo, embora menos coordenada do que nos querem fazer querer e com um potencial explosivo a longo prazo. Por exemplo, uma inflação descontrolada e *deficits* públicos absurdamente elevados.

Mercado de Capitais

No segmento accionista todos os índices registaram perdas significativas em 2008. Nos EUA, o *S&P* desceu 38,49% e o *Nasdaq100* desceu 41,89%. Na Europa, o *DAX* desceu 40,37%, o *IBEX* 39,43% e o *Psi20* 51,29%. Os mercados emergentes também não escaparam à onda vendedora (China -65% e Brasil -41%).

No segmento obrigacionista, nos EUA as obrigações do Estado americano a 10 anos cotavam com um *yield* de 2,21% no final de 2008 versus 4,2% no final de 2007. Por sua vez, as obrigações do Estado alemão a 10 anos cotavam com um *yield* 2,94% no final de 2008 versus 4,33% no final de 2007. A queda brutal dos *yields*, valorizou a única classe de activos com boa performance este ano: as obrigações soberanas de países desenvolvidos.

As “*commodities*” registaram perdas consideráveis, mesmo depois de um 1.º Semestre em forte tendência de alta. O índice composto das matérias-primas (*Goldman Sachs Commodity Index*) caiu 42,81% em 2008, com destaque para o petróleo que depois de ter atingido um máximo histórico (perto de 150), fechou o ano abaixo dos 40 dólares, com uma perda de 50% em 2008.

No mercado cambial, assistiu-se a um colapso monumental dos *carry-trades* (estratégia de investimento que apostam na compra de divisas com juro elevado, financiadas em empréstimos

em divisas de juro baixo). Esse facto transformou o iene no grande destaque deste ano. A divisa nipónica ganhou 18,83% ao dólar, 22,28% ao euro e 40,23% (!) face à libra.

ACTIVIDADE

A Sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, a saber: a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social).

No que toca à actividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (doravante, GOLDEN BROKER), cumpre dar nota do seguinte:

Durante o ano de 2008, a GOLDEN BROKER focalizou-se na consolidação da sua posição no mercado, através da prossecução da política de abertura de Agências, as quais, no início de 2009 passaram a abranger a quase totalidade do território de Portugal Continental.

No ano de 2008, a componente de custos traduziu um comportamento adequado, repercutindo-se, mais uma vez, positivamente no desempenho económico da GOLDEN BROKER nesse exercício.

A actividade da GOLDEN BROKER desenvolveu-se durante o ano de 2008 de forma bastante positiva, com as comissões cobradas a registarem um incremento de 84% e o produto bancário de 96%. Como consequência, a GOLDEN BROKER, obteve um Resultado Líquido positivo de 599.003 €, atingindo um resultado por acção, em 2008, de 8,56 € comparativamente aos 0,42 € do ano anterior.

Quanto aos serviços prestados, em especial na gestão de carteiras, no segundo trimestre de 2008, foi desenhada e implementada uma estratégia de investimento, denominada *Estratégia de Investimento Multimanager*, que é uma estratégia de investimento *multi-instrumento* e *multi-gestor*.

No que toca ao *Compliance*, continuou a política de desenvolvimento e implementação de novos sistemas e procedimentos de controlo da actividade levada a cabo pela Sociedade (descritos no Manual de Procedimentos para o efeito elaborado, e objecto de actualização, com vista a dar cumprimento às novas exigências legais e regulamentares; foi, igualmente, alvo de actualização o respectivo Regulamento Interno).

Mantendo a opção que tem vindo a ser adoptada, e tendo em vista sedimentar o conhecimento acerca do modo como a GOLDEN BROKER se organiza, as regras que regem a sua actividade e, bem assim, os serviços prestados foi organizada uma sessão de formação interna destinada a todos os colaboradores da Sociedade.

Foi dada sequência ao projecto de expansão tendente a reforçar a capacidade de angariação da Sociedade, consubstanciado: na abertura de cinco novas Agências da GOLDEN BROKER, situadas em Braga, Paços de Ferreira, Aveiro, Almancil (*Agência Comercial*), Albufeira (*Agência Comercial*) e, já em 2009, Coimbra e Caldas da Rainha; depois deste processo a GOLDEN BROKER tem, actualmente, 12 Agências abertas ao público.

Ainda durante o ano de 2008, cumpre dar nota do aumento do peso dos clientes profissionais/institucionais no volume de negociação efectuado através da GOLDEN BROKER, do início da disponibilização da negociação de *warrants* autónomos aos clientes e, bem assim, dos ajustamentos que foram introduzidos no Preçário dos serviços prestados.

Como consequência do acima exposto, os resultados líquidos consolidados foram positivos no montante de 595.533 €.

PERSPECTIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2009, os resultados consolidados do Grupo continuem a ser positivos – fruto da actividade e resultados das Sociedades participadas, em especial da GOLDEN BROKER.

Todos os esforços no ano de 2009 continuarão a ser desenvolvidos no sentido de se reforçar a visibilidade da GOLDEN BROKER no mercado em que opera, nomeadamente, através da:

- Reforço da presença internacional da Corretora.
- Alargamento da base de Clientes decorrendo das premissas acima expostas, do aumento do leque de instrumentos financeiros disponibilizados (nomeadamente, opções de mercado regulamentado) do reforço das plataformas de negociação, do reforço dos serviços de investimento prestados e, ainda, da crescente capacidade de captação de Clientes.

Ao mesmo tempo, e com o propósito de reforçar o nível qualitativo dos serviços prestados, antevê-se um reforço dos procedimentos de *compliance*. A qualidade de serviços será ainda beneficiada pela aposta que se manterá na formação de todos os colaboradores da Sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

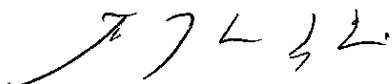
Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

Ao Banco de Portugal pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 06 de Março de 2009

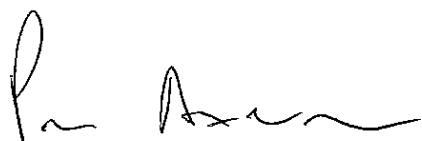
O Conselho de Administração



Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira
Presidente



Alfredo Manuel Pinto Menezes
Vogal



António Pedro Marques Gonçalves de Jesus Azevedo
Vogal



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de Administração são titulares das seguintes acções da Sociedade e que não efectuaram qualquer transacção durante o exercício de 2008:

	N.º ACÇÕES 31-12-2007	AUMENTOS		ALIENAÇÕES	N.º ACÇÕES 31-12-2008
		Aumento Capital	Aquisições		
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	0	0	0	56.000
Alfredo Manuel Pinto Menezes	2.000	0	0	0	2.000

Os órgãos de Fiscalização não são titulares de quaisquer acções da Sociedade.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais, à data de encerramento do exercício de 2008, é a seguinte a posição accionista:

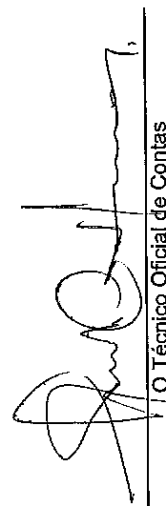
ACCIONISTA	N.º ACÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	56,00%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	12.000	12,00%
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	10.000	10,00%
Vasco Alexandre Marques de Freitas	10.000	10,00%
Nuno da Silva Vilaça de Freitas	10.000	10,00%

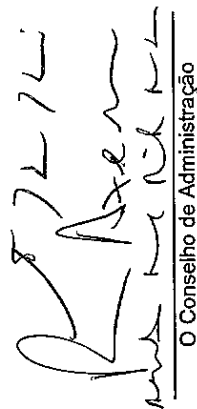
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	2008		2007		Notas	2008	2007
	Valor antes de imparidades e amortizações	Imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor líquido			
ACTIVO							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.000	-	1.000	1.000			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.576.099	-	16.576.099	3.306.561	7	166.824	5.260
Aplicações em instituições de crédito	1.686.049	-	1.686.049	500.000	9	160.000	160.000
Activos financeiros disponíveis para venda	620.385	-	620.385	117.555	8	19.359.509	5.098.113
Outros activos tangíveis	228.815	(168.969)	59.846	76.660		19.686.333	5.263.373
Activos intangíveis	96.888	(74.478)	22.410	21.114			
Activos por impostos correntes	-	-	-	28.079	10	500.000	500.000
Outros activos	1.753.370	-	1.753.370	1.644.766	11	5.000	-
					12	(507)	(438)
					12	(67.200)	(91.270)
						595.533	24.070
						1.032.826	432.362
Total do Activo	20.982.606	(243.447)	20.719.159	5.695.735		20.719.159	5.695.735
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS							
Responsabilidades por serviços prestados			22.244.892	23.257.049			
Sistema de indemnização aos investidores			16.666	18.460			

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.


 O Técnico Oficial de Contas



 O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007


(Montantes expressos em Euros)

Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado consolidado do exercício	Total dos Capitais Próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	500.000	-	(101)	(121.588)	30.318	408.629
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(337)	-	-	(337)
Aplicação do resultado do exercício de 2006:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	30.318	(30.318)	-
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	24.070	24.070
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	500.000	-	(438)	(91.270)	24.070	432.362
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(69)	-	-	(69)
Aplicação do resultado do exercício de 2007:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	24.070	(24.070)	-
Realização de prestações suplementares	-	5.000	-	-	-	5.000
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	595.533	595.533
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	500.000	5.000	(507)	(67.200)	595.533	1.032.826

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.



 O Técnico Oficial de Contas

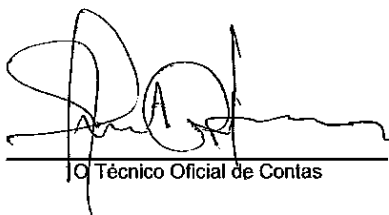


 O Conselho de Administração

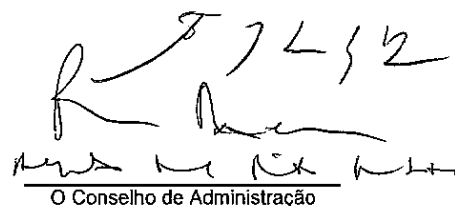
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	2008	2007
Juros e rendimentos similares	13	251.408	80.812
Juros e encargos similares	13	(2.666)	(4.724)
Margem financeira		248.742	76.088
Rendimentos de serviços e comissões	14 e 15	4.861.882	2.640.589
Encargos com serviços e comissões	16	(3.193.559)	(1.713.454)
Resultados de reavaliação cambial		36.325	1.792
Outros resultados de exploração	17	(111.609)	(65.046)
Produto bancário		1.841.781	939.969
Custos com o pessoal	18 e 19	(399.036)	(244.963)
Gastos gerais administrativos	20 e 21	(615.060)	(618.619)
Amortizações do exercício	6	(39.297)	(36.948)
Resultado antes de impostos		788.388	39.439
Impostos			
Correntes	7	(192.855)	(5.260)
Diferidos	7	-	(10.109)
Resultado consolidado após imposto		595.533	24.070
Resultado por acção			
Básico	22	5,96	0,24
Diluído	22	5,96	0,24

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.



 O Técnico Oficial de Contas



 O Conselho de Administração

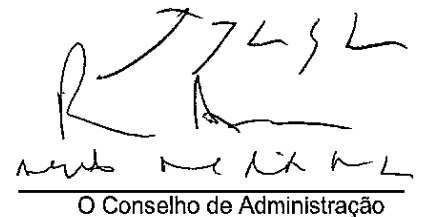
GOLDEN ACTIVE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Montantes expressos em Euros)

	2008	2007
Actividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	5.109.500	2.721.451
Juros, comissões e encargos similares pagos	(3.196.224)	(1.718.178)
Pagamentos ao pessoal	(350.008)	(211.985)
Recebimentos/ (Pagamentos) de impostos sobre o rendimento	(49.028)	(38.238)
Resultados de reavaliação cambial	1.860	1.793
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(694.426)	(680.074)
Fluxo líquido proveniente dos proventos e custos operacionais	821.674	74.769
Diminuições (aumentos) em:		
Activos financeiros detidos para venda	(514.498)	(7.950)
Outros activos	(30.225)	(77.773)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(544.723)	(85.723)
Aumentos (diminuições) em:		
Outros passivos	91.228	71.545
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	91.228	71.545
Fluxos das actividades operacionais (1)	368.179	60.591
Actividades de Investimento:		
Diminuições (aumentos) de activos intangíveis	(6.834)	(4.040)
Diminuições (aumentos) de outros activos tangíveis	(16.945)	(19.549)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(23.779)	(23.589)
Actividades de Financiamento:		
Prestações suplementares	5.000	-
Fluxos das actividades de financiamento (3)	5.000	-
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	349.400	37.002
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	417.539	380.537
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	766.939	417.539

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração.


O Técnico Oficial de Contas
O Conselho de Administração

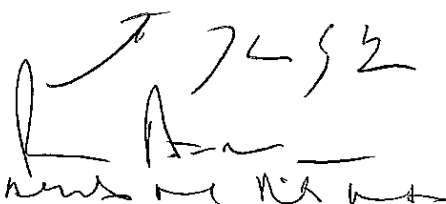
2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço consolidado naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

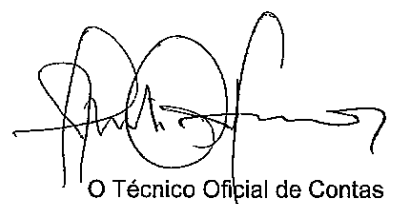
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Numerário	1.000	1.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis da Sociedade	265.939	66.539
Aplicações de curto prazo em instituições de crédito	500.000	350.000
	-----	-----
Caixa e seus equivalentes	766.939	417.539
	-----	-----
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis de terceiros	16.310.160	3.240.022
Aplicações de curto prazo em instituições de crédito de terceiros	1.186.049	150.000
	-----	-----
Disponibilidades constantes do balanço	18.263.148	3.807.561
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes de 16.310.160 Euros e 3.240.022 Euros, respectivamente, referem-se às “Disponibilidades de terceiros” incluídas na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes de 1.186.049 Euros e 150.000 Euros referem-se às “Aplicações de terceiros” incluídas na rubrica “Aplicações em instituições de crédito”, mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 4 do anexo às demonstrações financeiras).



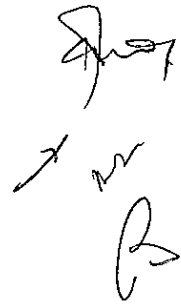
O Conselho de Administração



O Técnico Oficial de Contas

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)



NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Sociedade" ou "Golden Actives"), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de Outubro de 2006 tendo como objecto a gestão de participações em outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2008 a Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives ("Grupo"), o qual é constituído por si e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sedeada no Porto, constituída em Abril de 2003, e que tem como actividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios. Esta sociedade, detida a 100% pela Golden Actives, foi incluída na consolidação pelo método de integração global.

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua filial e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou "*International Accounting Standards*" / "*International Financial Reporting Standards*" ("IAS / IFRS"), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal n.º 1 / 2005, de 21 de Fevereiro.

Durante o exercício de 2008, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

1.1. Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método consolidação integral. As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

Nas situações em que as participações financeiras numa empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos accionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais". Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o valor líquido dos activos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são registadas na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos, após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente, a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

1.2. Instrumentos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de aquisição pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

a) Activos financeiros

i) Contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, bem como acções e prestações suplementares de entidades que não sejam classificadas como empresas filiais ou associadas.

Os activos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica "Reserva de reavaliação de justo valor", excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na "Reserva de reavaliação de justo valor" é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados. Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

1.3. Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos activos, são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 5
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objecto de depreciação.

1.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

1.5. Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

1.6. Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos activos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de activos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro de 2008.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

1.7. Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo os seguintes critérios:
 - Valor da transacção intermediada;
 - Quantidade da transacção intermediada.
- Adicionalmente, o Grupo auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:
 - a) componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
 - b) componente variável (performance) a qual é anualmente calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

1.8. Rubricas extrapatrimoniais

1.8.1. Actividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo seu valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respectivo valor nominal (Nota 25).

1.8.2. Actividade de gestão de património

A actividade de gestão contratada de activos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 25). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os activos sob gestão, para além das disponibilidades, incluem unidades de participação em fundos de investimento e acções. As acções são valorizadas de acordo com as respectivas cotações de mercado, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respectivas Sociedades Gestoras (Nota 25).

1.9. Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projecções de evolução futura do negócio.

1.10. Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

1.11. Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transacciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.


A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da facturação ser efectuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da facturação) é transformada em euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transacções em moeda estrangeira não foram efectuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.



(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a actividade operacional da Sociedade.

1.12. Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na actividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efectivação das transacções intermediadas;
- na actividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efectuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 8).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

1.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. INVESTIMENTOS

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respectivas sedes, percentagem efectiva de detenção do capital e actividade desenvolvida em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva de capital	Actividade
Golden Actives – S.G.P.S., S.A. (Empresa-mãe)	Porto	-	Sociedade gestora de participações sociais
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.	Porto	100%	Sociedade corretora

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Disponibilidades de terceiros:		
Banco Espírito Santo, S.A	13.527.319	635.785
Saxo Bank A/S	1.201.877	1.814.933
Banque Privée Edmond de Rothschild Europe, S.A.	997.563	323.345
Banco HSBC	196.257	-
Goldman Sachs International	156.450	305.635
Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona "La Caixa"	70.046	27.188
Banco BPI, S.A.	51.900	26.004
Banco Comercial Português, S.A.	40.424	4.745
Banif Banco Internacional do Funchal, S.A.	32.000	1.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	21.299	1.000
Banco BEST, S.A.	5.429	-
Banco Português de Negócios, S.A.	3.532	82.600
BCP Cayman	2.110	-
Caixa Económica Montepio Geral	1.000	7.706
Banco Santander Totta, S.A.	1.000	1.000
Finibanco, S.A.	1.000	768
L.J. Carregosa, S.A.	954	8.313
	16.310.160	3.240.022
Disponibilidades do Grupo:		
Banco Espírito Santo, S.A.	262.956	64.452
Banco Comercial Português, S.A.	2.983	1.766
Caixa de Credito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL.	-	321
	265.939	66.539
	16.576.099	3.306.561

As disponibilidades de terceiros (clientes) registadas no balanço da Sociedade não lhes conferem o direito a qualquer remuneração. Do total de disponibilidades de terceiros o montante de 9.470.148 Euros refere-se a depósitos à ordem expressos em dólares (USD) estando a maior parte do remanescente expresso em Euros.

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica é constituída por dois depósitos a prazo. Um depósito a prazo próprio, na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A. no montante de 500.000 Euros, o qual vence juros a taxas de mercado e tem o seu vencimento em Março de 2009, e outro de clientes no montante de 1.186.049 Euros na instituição financeira Banque Privée Edmond de Rothschild Europe, S.A. o qual vence juros a taxas de mercado e tem o seu vencimento em Janeiro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica era constituída por dois depósitos a prazo. Um depósito a prazo próprio, na instituição financeira Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, S.A. no montante de 350.000 Euros, o qual rendeu juros a taxas de mercado e teve o seu vencimento em Maio de 2008, e outro de clientes no montante de 150.000 Euros na instituição financeira Banco Português de Negócios o qual venceu juros a taxas de mercado e teve o seu vencimento em Janeiro de 2008.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Obrigações de emissões públicas nacionais - taxa fixa	15.580	15.055
Obrigações de emissões públicas internacionais - taxa fixa	502.305	-
	<u>517.885</u>	<u>15.055</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250	96.250
Prestações suplementares	6.250	6.250
	<u>102.500</u>	<u>102.500</u>
	<u>620.385</u>	<u>117.555</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

		<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor de balanço</u>
2008	Obrigações do Tesouro – OT 4,375 2007/2014	1.500.000	0,01 Euro	15.580
2008	Obrigações do Tesouro Alemão – BKO 3,75 3/2009	50.000.000	0,01 Euro	502.305
2007	Obrigações do Tesouro – OT 4,375 2007/2014	1.500.000	0,01 Euro	15.055

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as obrigações encontravam-se registadas ao seu justo valor. As obrigações BKO 3,75% 3/2009 vencem-se durante o exercício de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as Obrigações do Tesouro – OT 4,375 2007/2014 estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as participações minoritárias em sociedades não cotadas correspondem a uma participação de 5% no capital social da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. no valor de 102.500 Euros, dos quais 6.250 Euros se referem a prestações suplementares.

Conforme a política definida na Nota 1.2., este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição, o qual não excede o seu valor estimado de realização.

Em 31 de Dezembro de 2008, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

<u>Activo</u>	<u>Capital próprio</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>Total de proveitos</u>
1.023.799	706.400	155.756	3.200.623

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

6. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido nas rubricas "Outros activos tangíveis" e "Activos intangíveis", bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2008				
	Activo bruto				
	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfe-rências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	83.457	-	-	-	83.457
Mobiliário e equipamento	28.265	462	-	-	28.727
Equipamento informático	84.681	4.200	-	-	88.881
Instalações interiores	22.120	1.719	-	-	23.839
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
Património artístico	192	-	-	-	192
	<u>222.434</u>	<u>6.381</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>228.815</u>
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	79.490	17.398	-	-	96.888
	<u>79.490</u>	<u>17.398</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>96.888</u>
	<u>301.924</u>	<u>23.779</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>325.703</u>
Rubricas	2008				
	Amortizações e perdas de imparidade				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transfe-rências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	40.762	8.346	-	-	49.108
Mobiliário e equipamento	13.465	3.573	-	-	17.038
Equipamento informático	65.544	10.561	-	-	76.105
Instalações interiores	23.765	344	-	-	24.109
Equipamento de segurança	1.868	-	-	-	1.868
Equipamento de ambiente	370	371	-	-	741
	<u>145.771</u>	<u>23.195</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>168.969</u>
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	58.376	16.102	-	-	74.478
	<u>58.376</u>	<u>16.102</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.478</u>
	<u>203.780</u>	<u>39.297</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>243.447</u>

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Rubricas	2007				
	Activo bruto				
	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	83.457	-	-	-	83.457
Mobiliário e equipamento	27.878	387	-	-	28.265
Equipamento informático	82.862	2.067	-	(268)	84.661
Instalações interiores	22.120	-	-	-	22.120
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	-	1.854	-	-	1.854
Património artístico	192	-	-	-	192
	<u>218.394</u>	<u>4.308</u>	<u>-</u>	<u>(268)</u>	<u>222.434</u>
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	59.941	19.549	-	-	79.490
	<u>59.941</u>	<u>19.549</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>79.490</u>
	<u>278.335</u>	<u>23.857</u>	<u>-</u>	<u>(268)</u>	<u>301.924</u>
Rubricas	2007				
	Amortizações e perdas de imparidade				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	32.417	8.345	-	-	40.762
Mobiliário e equipamento	10.073	3.392	-	-	13.465
Equipamento informático	57.511	8.301	-	(268)	65.544
Instalações interiores	20.249	3.516	-	-	23.765
Equipamento de segurança	1.400	468	-	-	1.868
Equipamento de ambiente	-	370	-	-	370
	<u>121.650</u>	<u>24.392</u>	<u>-</u>	<u>(268)</u>	<u>145.774</u>
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	45.820	12.556	-	-	58.376
	<u>45.820</u>	<u>12.556</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.376</u>
	<u>167.470</u>	<u>36.948</u>	<u>-</u>	<u>(268)</u>	<u>204.150</u>

7. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que a filial da Sociedade regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica "Outros passivos – Empresas do grupo".

Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos por impostos correntes são como segue:

	2008	2007
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
Retenções na fonte	-	12.233
Pagamento especial por conta	-	15.846
	<u>-</u>	<u>28.079</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2008	2007
Estimativa de imposto corrente do exercício, líquida de retenções na fonte e pagamentos por conta	<u>166.824</u>	<u>5.260</u>

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Sociedade e sua filial encontravam-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama, e a taxa de imposto agregada foi de 26,5%.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos para a Segurança Social, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial relativas aos anos de 2005 a 2008 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedades entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como segue:

	2008		2007	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		788.388		39.439
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,5%	208.923	26,5%	10.451
Tributação autónoma		6.382		3.296
Outros		(22.450)		1.622
Imposto apurado com base na taxa efectiva	24,5%	192.855	39,0%	15.369
Do qual:				
- Reversão de activos por impostos diferidos		-		10.109
- Imposto corrente		192.855		5.260

8. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros activos” pode ser detalhada como segue:

	2008	2007
<u>Devedores diversos:</u>		
Devedores por operações em derivados - Conta margem	1.673.956	1.499.891
Credores por operações sobre valores mobiliários - saldos devedores	13.426	119.339
Devedores diversos	-	34
	<u>1.687.382</u>	<u>1.619.264</u>
Rendimentos a receber	16.618	6.175
<u>Despesas com custo diferido:</u>		
Rendas	7.935	7.935
Outros	6.651	7.846
	<u>14.586</u>	<u>15.781</u>
Contas a regularizar	15.836	3.546
<u>Outros activos - sector público administrativo:</u>		
Imposto de selo a recuperar	18.948	-
	<u>1.753.370</u>	<u>1.644.766</u>

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Outros passivos" pode ser detalhada como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Fornecedores e outros credores:</u>		
Credores por operações em derivados - Conta margem	1.673.881	1.499.891
Credores por operações sobre valores mobiliários - saldos credores	17.389.483	3.422.035
Fornecedores c/c	22.926	37.760
	<u>19.086.290</u>	<u>4.959.686</u>
<u>Encargos a pagar:</u>		
Comissões	146.037	39.648
Remunerações	86.299	26.900
Encargos gerais administrativos	-	4.264
Outros custos administrativos	16.161	25.312
	<u>248.497</u>	<u>96.124</u>
<u>Outras exigibilidades - sector público administrativo:</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:		
Retenções na fonte	6.453	7.938
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
Retenções na fonte	-	1.902
Contribuições para a Segurança Social	5.313	3.401
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	11.091	26.361
Imposto do selo	1.865	2.701
	<u>24.722</u>	<u>42.303</u>
	<u>19.359.509</u>	<u>5.098.113</u>

As rubricas "Devedores por operações em derivados – Conta margem" e "Credores por operações em derivados – Conta margem" respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efectuados pela Sociedade, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, a Sociedade exige dos respectivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida uma vez que a, qualquer momento, os clientes podem ordenar transacções.

A rubrica do activo "Devedores por operações sobre valores mobiliários – saldos devedores" no montante de 13.426 Euros corresponde aos saldos de operações já realizadas pela Sociedade por conta dos clientes, mas para as quais ainda não ocorreu por parte do cliente a respectiva liquidação financeira à Sociedade. Naquele saldo está ainda incluído, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante de 118.015 Euros relativo a um saldo a receber, vencido, de um cliente que tem evidenciado risco de cobrança o qual está a ser apresentado, no balanço, líquido de uma conta a pagar de igual montante a um comissionista de igual montante, a qual não será exigível até àquele montante e enquanto aquele valor não for realizado, ao abrigo de um acordo celebrado em finais de Junho de 2007 entre a Sociedade e o comissionista.

A rubrica do passivo "Credores por operações sobre valores mobiliários" corresponde aos saldos a pagar pela Sociedade aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

O Conselho de Administração irá atribuir, em 2009, prémios aos seus membros pela performance da Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, pelo que foi registado um acréscimo de custos no montante de 45.000 Euros, incluído na rubrica "Remunerações" (Nota 18). O Conselho de Administração irá igualmente propor a distribuição de resultados aos seus colaboradores em 2009 no montante de 35.000 Euros.

9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica "Outros passivos subordinados" em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 refere-se a empréstimos subordinados no montante de 160.000 Euros, obtidos junto dos accionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

10. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 acções nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

11. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos accionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos accionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

12. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

A legislação vigente para o sector bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A variação registada na rubrica "Reserva de reavaliação de justo valor" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 diz respeito à valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5).

O valor registado na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" inclui 121.588 Euros relativos à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos activos e passivos da filial Golden Broker à data da aquisição (Nota 1.1).

13. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Outros juros e rendimentos similares:</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Depósitos à ordem e a prazo	237.392	63.212
Juros de aplicações em instituições de crédito	10.227	16.997
Outros juros e rendimentos similares	3.789	603
	<u>251.408</u>	<u>80.812</u>
<u>Outros juros e encargos similares</u>	<u>(2.666)</u>	<u>(4.724)</u>

14. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Actividade de corretagem:</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Comissões de corretagem - fora de bolsa	4.110.347	1.249.109
Comissões de corretagem - bolsa	695.934	1.344.396
	<u>4.806.281</u>	<u>2.593.505</u>
<u>Actividade de gestão de activos:</u>		
Comissões de gestão	36.361	3.808
Comissões de performance	2.148	38.476
	<u>38.509</u>	<u>42.284</u>
Outras	17.092	4.800
	<u>4.861.882</u>	<u>2.640.589</u>

15. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os proveitos registados na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram prestados, essencialmente, a clientes sedeados no mercado nacional e espanhol.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Actividade de corretagem:</u>		
Comissões de corretagem	3.159.921	1.683.373
<u>Actividade de gestão de activos:</u>		
Comissões de gestão	25.705	21.965
Serviços bancários	7.933	8.116
	<u>3.193.559</u>	<u>1.713.454</u>

17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo desta rubrica refere-se, essencialmente, a Imposto sobre o Valor Acrescentado suportado pela subsidiária Golden Broker em virtude da mesma realizar operações que não liquidam aquele imposto, pelo que também não conferem direito à dedução do imposto suportado.

18. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Remuneração dos órgãos de gestão (Nota 19)	122.500	37.729
Remuneração dos colaboradores	223.072	167.138
Encargos sociais obrigatórios	51.729	35.886
Outros custos com pessoal	1.735	4.210
	<u>399.036</u>	<u>244.963</u>

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, pode ser resumido como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Com funções administrativas de enquadramento:</u>		
Administradores – Executivos	3	3
Pessoal técnico	7	6
Pessoal administrativo	1	1
	<u>11</u>	<u>10</u>

19. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Grupo ascenderam a 122.500 Euros e 37.729 Euros, respectivamente (Nota 18). O aumento das remunerações do Conselho de Administração deve-se, essencialmente, à atribuição de prémios decidida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 8) e ao facto de dois administradores, anteriormente não remunerados pela Sociedade, terem passado a ser remunerados.

Em 31 de Dezembro de 2008, não existiam adiantamentos ou créditos concedido a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Serviços especializados	225.186	322.441
Rendas e alugueres (Nota 21)	91.859	94.285
Comunicações e despesas	68.060	38.076
Publicidade	45.413	54.752
Deslocações e estadas	35.665	45.785
Rendas de locação operacional	35.645	32.473
Outros	113.232	30.807
	<u>615.060</u>	<u>618.619</u>

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

21. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, nomeadamente empresas do Grupo Golden Assets e suas subsidiárias, grupo esse com uma estrutura accionista idêntica à da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2008 eram os seguintes:

Outros passivos (Credores por operações sobre valores mobiliários)	
Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (contas extrapatrimoniais)	13.132.759

Em 31 de Dezembro de 2007, não existiam saldos materialmente relevantes com entidades relacionadas.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, as transacções realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e empresas relacionadas detidas por accionistas comuns foram como segue:

<u>Transacções com a Solid Assets - Gestão Imobiliária e Serviços às Empresas, Unipessoal, Lda.</u>	
Rendas e alugueres (Nota 20)	90.000
<u>Transacções com a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.</u>	
Custos suportados com a cedência de pessoal	36.000
Comissões recebidas	2.305.248
	<u>2.431.248</u>

22. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2008	2007
Resultado para efeitos do cálculo do resultado por acção líquido e diluído	595.533	24.070
Número médio ponderado de acções para efeitos de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	100.000	100.000
Resultado por acção:		
Básico	5,96	0,24
Diluído	5,96	0,24

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de Março de 2009. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Accionistas.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

25. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
Responsabilidade potencial perante o Sistema de Indemnização aos Investidores	16.666	18.460
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores (Nota 1.8.1.)	20.383.992	19.988.841
Valores administrados pela instituição (Nota 1.8.2.)	1.860.900	3.268.208
	<u>22.244.892</u>	<u>23.257.049</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, o Grupo tinha dado em penhor Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de Dezembro de 2008 ascende a 15.580 Euros (Nota 5).

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

A rubrica "Depósito e guarda de valores" reflecte o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Golden Broker, os quais são depositados em diversas instituições bancárias (títulos com existência física) e na CVM – Central de Valores Mobiliários (títulos desmaterializados).

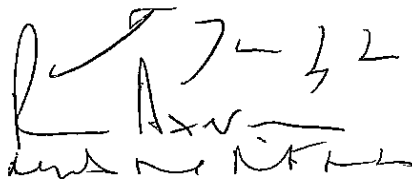
Os activos geridos apresentam o seguinte detalhe:

	2008	2007
Fundos de investimentos mobiliários	87.402	1.767.145
Acções	498.109	958.923
Outros	1.275.389	542.140
	<u>1.860.900</u>	<u>3.268.208</u>

Estes activos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.8.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os "Fundos de Investimento mobiliários" são, essencialmente, compostos como segue:

Titulo	2008			2007		
	Quantidade	Valor	Total	Quantidade	Valor	Total
Harbinger Capital A	360,00	242,78	87.402	360,00	289,83	104.339
Atmosphere Fund Class A	-	-	-	6.528,76	147,19	960.968
SG-Lyxor Paulson Fund	-	-	-	1.201,21	271,27	325.854
SG-Lyxor Winton Fund	-	-	-	1.850,02	183,16	338.850
Atmosphere Fund Class C	-	-	-	266,35	139,42	37.134



O Conselho de Administração



O Técnico Oficial de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas da
Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais são da responsabilidade da Administração.

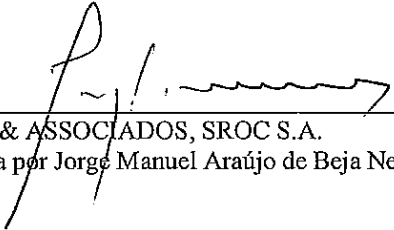
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade, bem como da sua subsidiária, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade e da sua subsidiária, as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, as Demonstrações consolidadas dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2008 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, que inclui no seu parágrafo 5 uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade e da sua subsidiária, o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 27 de Março de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”) e subsidiária, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 20.719.159 Euros e capitais próprios de 1.032.826 Euros, incluindo um resultado líquido de 595.533 Euros, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo nesta data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, e a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

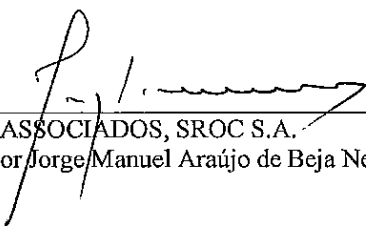
4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e sua subsidiária em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Página 2 de 2

Ênfase

5. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na Certificação Legal das Contas datada de 28 de Março de 2008, contém três ênfases que deixaram de ser aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Porto, 27 de Março de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ACTAS

ACTA N.º 3

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e nove, pelas onze horas, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429 (dois mil quatrocentos e vinte e sete/ dois mil quatrocentos e vinte e nove), na cidade do Porto, a Assembleia Geral da GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A., pessoa colectiva e registada na 2ª Secção da 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto com a matrícula número 507.557.514, com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros) com a seguinte ordem do dia:_____

Um - Deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço e Contas do exercício de 2008;_____

Dois - Deliberar sobre o Relatório de Gestão, Balanço e contas, consolidados, do exercício de 2008;_____

Três - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;_____

Quatro - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;_____

Cinco - Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, da Mesa da Assembleia Geral e do Fiscal Único para o triénio 2009-2011._____

Encontravam-se presentes accionistas titulares de acções representativas da totalidade do capital social, que assinaram a lista de presenças. _____

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente acta, nos termos do artigo sexagésimo terceiro do Código das Sociedades Comerciais._____

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pela Dra. Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho.

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos accionistas presentes detentores da totalidade do capital social, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida._____

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2008, os quais foram aprovados por unanimidade._____

Passando para o segundo ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas, consolidados, relativos ao exercício de 2008, os quais foram aprovados por unanimidade._____

O terceiro ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira: «Propõe-se que os Resultados Líquidos negativos do exercício no valor de 3.469,05 €, sejam transferidos para Resultados Transitados.»_____

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por

ACTAS

unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Solicitou a palavra o Presidente do Conselho de Administração, Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, que teceu considerações acerca da evolução geral da economia e expôs os actos de gestão mais relevantes verificados no exercício em análise. O Presidente da Mesa apresentou então a seguinte proposta:

«Proponho que seja conferido um voto de louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade», a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente colocou, então, à discussão o quarto ponto da ordem do dia. Tomou então a palavra o accionista Sr. Joaquim Pedro Almeida da Costa, o qual apresentou a seguinte proposta:

«Proponho que para o triénio 2009-2011 sejam reconduzidos os membros do Conselho de Administração, bem como os membros da Mesa da Assembleia Geral e o Fiscal Único e que seja eleito um novo Fiscal Único Suplente, ficando, assim, os Órgãos Sociais com a seguinte composição:

Conselho de Administração:

Presidente: Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, casado, residente na Rua S. Domingos, 96 C. 4.º Esq, 4710-435 Braga, contribuinte número 216 984 939;

Vogal: Alfredo Manuel Pinto Menezes, casado, residente na Travessa Vila Verde, N.º 31, Bloco 8, 3.º Esquerdo Tras., Valbom, 4420-585 Gondomar, contribuinte número 201 520 729;

Vogal: António Pedro Marques Gonçalves Jesus de Azevedo, casado, residente na Rua do Prior, n.º 30, 3º Dto., 1200-778 Lisboa, contribuinte número 194 806 359;

Fiscal Único: «Deloitte & Associados, SROC, S.A.», inscrita na OROC sob o número 43 e registada na CMVM sob o n.º 231, com sede no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1 - 6.º Piso, 1050-094 Lisboa, pessoa colectiva 501 776 311, representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, inscrito na OROC sob o número 746, casado, com a morada profissional no Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13.º, 4150-146 Porto, contribuinte número 105 636 690;

Suplente: Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, casado, ROC inscrito na OROC sob o número 572, com a morada profissional no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1 - 6.º Piso, 1050-094 Lisboa, contribuinte número 106 112 333;

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha, casado, com domicílio profissional na Rua Pedro Homem de Melo, 55, Sala 605, na cidade do Porto;

Secretária: Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho, casada, residente na Rua Aristides de Sousa Mendes, 224, 4150, Porto.

Mais proponho que:

- os membros do Conselho da Administração, ora reconduzidos, fiquem dispensados de prestar

ACTAS

a caução prevista no artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais;_____

- os membros do Conselho de Administração, ora reconduzidos, não auferam remuneração;_____

- os membros da Mesa da Assembleia Geral não auferam qualquer remuneração»_____

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade._____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das onze horas e cinquenta minutos, para constar, dela se lavrou a presente acta que depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade._____

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



A Secretária,

